

DA ÉTICA DA CONVICÇÃO À ÉTICA DA DESFAÇATEZ: A ATUAÇÃO DO ECONOMISTA LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA À FRENTE DO MARE ¹ (1995-1998).

Leonardo Brito ²

GT Nº 5: INTELECTUAIS E SOCIEDADE CIVIL (SÉCULOS XIX E XX).

Resumo:

O escopo deste artigo é analisar a trajetória do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira à frente do debate público acerca da Reforma do Estado Brasileiro, predominante na década de 1990. O ponto culminante dessa trajetória política e intelectual foi, sem dúvida, sua atuação como titular do MARE, agência do Estado criada, no alvorecer do 1º governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), para implementar o modelo de reforma gerencial (na prática neoliberal) consensualmente percebido, por uma miríade de segmentos das burguesias empresariais como a saída para a crise do Estado, em voga desde a década de 1980.

Outrossim, vale ressaltar que a reconstituição parcial da trajetória intelectual e política de Bresser Pereira se constitui num procedimento analítico para comprovação de nossa hipótese: Bresser foi o principal ideólogo e organizador no Brasil da *reestruturação* do Estado nos anos 1990, atuando com eficácia, ao mesmo tempo, na *sociedade civil* e na *sociedade política*.

1) Introdução.

“Os partidos elaboram seus próprios intelectuais; aliás, os partidos contribuem para fornecer os intelectuais ao Estado”.

(GRUPPI,

Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Graal. 4ª edição. São Paulo. 2000)

“...ele (David Osborne) não entende nada de Brasil, mas entende tudo de reforma do Estado.”

(Bresser-Pereira ao ser inquirido pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados após sugerir publicamente a contratação pelo governo brasileiro do consultor do governo Bill Clinton,

¹ Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado (MARE). O texto em questão é parte de um projeto que está sendo desenvolvido como tese de doutorado desde março deste ano no PPGH-UFF.

² Doutorando em História Social pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente do quadro efetivo do Departamento de História do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro). E-mail: leobritouerj@hotmail.com

David Osborne, para auxiliá-lo no projeto de Reforma e Reestruturação do Estado brasileiro elaborado pelo MARE – Março, 1995).

As epígrafes apresentadas acima, ao mesmo tempo em que servem como ponto de partida para a nossa reflexão, também se constituem num esboço do nosso argumento primacial em torno da relação entre intelectuais e sua atuação no campo da ação política e da parolagem (difundida como apoio de amplos setores da imprensa) em torno da falência do Estado brasileiro (nas últimas duas décadas do século XX). A crise do Estado brasileiro, a partir dos anos 1980, teve entre seus mais difíceis legados a construção (e consolidação) de uma ambiência social e política conservadora (neoliberal), que se tornou hegemônica no decênio seguinte, culminando com o desmonte, privatizações e redução da capacidade regulatória deste mesmo Estado.

As temáticas “crise” e “reforma” do Estado ganharam contornos de pontos substanciais da agenda política dos países da América Latina ainda em meados da década de 1980. Atingidos pela crise da “dívida externa” e pelo esgotamento do padrão de desenvolvimento econômico e industrial desenvolvimentista, adotado na região desde os anos 1930, a temática se impôs no debate intelectual e político. No Brasil, em especial, o economista e cientista social Luiz Carlos Bresser-Pereira já elaborava, em fins dos anos 1980, suas primeiras formulações acerca da crise do Estado, ao buscar explicações para a desaceleração da acumulação capitalista nos países centrais e que colocara em xeque, nestes países, o modelo de Estado do Bem Estar Social adotado desde o pós Segunda Guerra Mundial. Bresser-Pereira, prendendo-se a uma interpretação excessivamente conjuntural e economicista da crise, desenvolveu então sua teoria sobre a crise do Estado, lhe atribuindo um caráter cíclico. Afirmava, portanto, naquele contexto que: “se o Estado havia sido o instrumento de ação coletiva que assegurou taxas elevadas de crescimento no pós Guerra, era agora a **sua** crise que levava à redução dessas taxas” (BRESSER-PEREIRA. 2004. P.539. Grifo nosso).³

2) Bresser-Pereira: O intelectual e a construção da hegemonia.

A reconstituição, ainda que parcial, da biografia intelectual de Bresser Pereira se apresenta, para nós, como estratégia metodológica para comprovação da hipótese que identifica este economista como um dos principais artífices, no meio acadêmico e fora dele, do consenso liberal formulado em torno da *reestruturação* (grifa-se desmonte) do Estado Brasileiro, posta em prática da década de noventa. Constitui-se numa tentativa, ainda que parcial, de se desvendar os múltiplos fios que ligam o indivíduo ao seu contexto. Referimo-nos, a forma como Bresser, em certa medida (re)elabora, e sistematiza um conjunto de idéias que elevariam o Estado e, por sua vez, as estratégias de desenvolvimento assentadas no padrão de financiamento público (intervenção do Estado, na linguagem liberal predominante) à condição de grandes responsáveis

³ Num apanhado autobiográfico/intelectual publicado em 2004, Bresser-Pereira faz um exercício memorativo de suas primeiras formulações acerca da crise do Estado, realizadas na 2ª metade dos anos 80. BRESSER-PEREIRA, L. C. *Economista ou sociólogo do desenvolvimento*. NAKANO, Y. REGO, J. M. & FURQUIM, L. *Em Busca do novo- O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. São Paulo. FGV. 2004.

pela crise brasileira que se arrastava desde a década de 1980. Nosso argumento primacial gira em torno da construção do amplo predomínio, alcançado pela leitura liberal da crise do Estado brasileiro. Bresser (gozando de generoso apoio da mídia nativa) se filia (embora lance mão de artifícios retóricos para dizer que não) “até a medula” a essa interpretação que, se construiu como hegemônica para análise, não apenas para o caso brasileiro, mas como um corolário aos Estados latino-americanos e suas “elites intelectuais”. Bresser-Pereira foi, inegavelmente, um dos mais sofisticados elaboradores/ reprodutores de um receituário privatista e “modernizante” predominante nas agendas políticas dos Estados latino-americanos à época.

Balizam nossa opção teórica, algumas categorias gramscianas necessárias nesta análise sobre a atuação de Bresser tanto no campo acadêmico, quanto no âmbito do Estado e suas agências, propriamente ditas. Uma destas categorias mais caras a nossa observação é a noção de intelectual amplamente trabalhada pelo teórico italiano em seu segundo volume dos *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 2000). Mais do que esboçar a tipificação de intelectuais [intelectuais tradicionais – intelectuais orgânicos] realizada por Gramsci na obra citada, o que nos chama mais atenção é o papel político exercido por estes intelectuais para construção da hegemonia de um determinado grupo social, classe ou fração de classe. A melhor expressão que delimita a noção sobre o papel político e ideológico destes intelectuais é a que afirma que estes são “os mediadores do consenso”. Essa, de fato, é uma justa interpretação das idéias do teórico italiano, embora não se encontre *ipsis literis* em seus textos (GRUPPI, 2000). Para Gramsci, é função do intelectual “dar homogeneidade e consciência da própria função a um determinado grupo social”. (GRAMSCI, 1989. P. 3). Esses devem ser entendidos como ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é; do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do “prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição no mundo da produção” (GRAMSCI, 2004, p.21). Vale grifo, ainda, que o destaque que Gramsci concede ao problema dos intelectuais, deriva, segundo Gruppi, “diretamente do destaque que tem ele para o problema da hegemonia”. Esta, entendida como capacidade de direção assumida por uma determinada classe ou fração de classe: “A burguesia, em condições de hegemonia, solidarizaria o Estado com as instituições dirigentes da ação, produção e reprodução dos valores sociais, conformando essa realidade conceitual denominada por Gramsci de *Estado ampliado*” (VIANNA, 2000. p. XIII).

De fato, na realidade brasileira, os economistas, pela óbvia natureza das discussões travadas, tomaram a dianteira nessa *guerra de posição*. Na esfera pública, desde os grandes debates acerca dos modelos de (sub)desenvolvimento que foram adotados no país desde a década de 1950, foi esta parcela de intelectuais que melhor vocalizou as tensões, projetos e perspectivas em debate. São deles, como bem afirma Luiz Werneck Vianna, que “partem, em suas múltiplas formas de intervenção sobre a opinião pública, a mais aguda reflexão sobre o estado das coisas atuais e precisa fixação dos temas que compõem a agenda política nacional”.⁴ Bresser-Pereira se

⁴ “A Sucessão de Lula e o Retorno do Nacional Popular”. Aula proferida pelo professor Luiz Werneck Vianna no IUPERJ no dia 26 de março de 2008. Texto reproduzido, no ano seguinte, pela Revista eletrônica “Gramsci e o Brasil”. Neste texto o sociólogo Luiz Werneck Vianna tece interessantes considerações sobre a construção de um “Estado de compromisso” no então 2º governo Lula e a diluição das controvérsias executada pela própria engenharia política daquele governo (gozando inclusive de índices elevados de aprovação popular). Vianna aponta com bastante clareza o importante papel exercido pelos economistas - a principal categoria de intelectuais- na vocalização das controvérsias expostas no debate político – econômico do país. Embora, a análise de Vianna seja conjuntural, sua percepção acerca do papel dos economistas nos parece bastante pertinente para situar a atuação de Bresser-Pereira à frente das agências estatais nas quais foi titular. Ministério da Fazenda, na década de 1980, Pasta da

coloca como herdeiro dessa tradição, representada, a partir de diferentes prismas ideológicos e em diferentes momentos, por figuras como Roberto Simonsen, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Roberto Campos e Maria da Conceição Tavares. Situa-se, precisamente, nesta descrição por ter construído ao longo dos últimos quarenta anos uma sólida e respeitável carreira acadêmica, bem como por ter se tornado um intelectual com destacada atuação na cena política brasileira nas décadas de 1980 e 1990.

3) Entre a universidade e a política.

Bresser é daqueles intelectuais capazes de formar verdadeiras redes de sociabilidade (quase séqüitos!). Os seus mais de quarenta anos de vida acadêmica e mais de vinte de vida pública lhe renderam reconhecimento intelectual e político por gerações de economistas, administradores e cientistas sociais saídos das fileiras da FGV-SP. Elevado à condição de “intelectual público” (para nós um *intelectual metamórfico!*)⁵ é descrito por seus “discípulos” como “homem de pensamento e ação”. Intelectual de obra vasta, que “cobre os campos da economia, da sociologia e da teoria política” e “preocupado até a medula com o problema do desenvolvimento do país”.⁶

Detentor de uma sólida carreira acadêmica, iniciada em fins da década de 50 do século passado, na instituição supracitada e, na qual permanece vinculado até hoje, Bresser ministrou uma diversidade de cursos na EAESP (Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – SP). Seu contato com universidades estrangeiras iniciou-se já no início da década seguinte, quando concluiu o curso de pós-graduação em Administração de Empresas pela *Michigan University* nos EUA. De volta ao Brasil em 1962, tornou-se professor assistente na FGV-SP, alcançando ainda no mesmo ano a condição de professor adjunto desta instituição. Após concluir seu doutoramento na Universidade de São Paulo em 1972, com a tese *Mobilidade e Carreira das Empresas Paulistas*, passou a lecionar no departamento de planejamento e análise econômica da FGV-SP já na condição de professor titular. Desde então passou a frequentar, como professor e pesquisador visitante, renomados programas de pós-graduação em diversas universidades e instituições mundo afora, dentre as de maior destaque a Universidade de Paris I (Phantheon Sorbonne), no *Institute pour le Développement Economique et Social* no final da década de 1980; na *École d' Hautes Etudes en Sciences Sociales*, também em Paris, já no início dos anos 1990 e na *Oxford University* na qual foi pesquisador visitante-associado no *Centre for Brazilian Studies*, em 1999 e 2001. No Brasil, Bresser Pereira além de suas atividades na FGV e na USP (nesta última defendeu tese de livre docência em 1984, intitulada *Lucro, Acumulação e*

Administração e Reforma do Estado e titular do Ministério da Ciência e Tecnologia no 1º e 2º governos Fernando Henrique Cardoso, respectivamente.

⁵ A expressão *intelectual metamórfico* é um anátema cunhado por mim. É uma referência ao livre trânsito que Bresser-Pereira busca fazer, ao longo de sua obra intelectual, por diversas temáticas dos campos da Economia, da Teoria Política e da Sociologia. Esse “livre trânsito” também está presente nas percepções ideológicas que Bresser diz ter!

⁶ Essas são algumas alcunhas ofertadas a Bresser pelos seus seguidores numa coletânea extensa organizada por NAKANO, Y. REGO, J.M. & FURQUIM, L. *Em Busca do novo- O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. Op. cit. Esta obra constitui-se num balanço da produção intelectual de Bresser Pereira, através de vários artigos de seus ex-alunos ou ex-assessores. A última das expressões transcritas acima, tomo de empréstimo de Luis Nassif, colunista em grandes periódicos brasileiros como a Folha de São Paulo. Nassif foi, na década de 1990, um dos grandes porta-vozes das idéias de Bresser na imprensa brasileira.

Crise), presidiu a Sociedade de Estudos Econômicos Sociais e Urbanísticos (SESU) entre 1977 e 1984. Esta instituição civil serviu como órgão auxiliar do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que reuniu na década de 1970 nomes como os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira. Entre 1976 e 1988 colaborou de forma regular com o diário *Folha de São Paulo*, no qual publicou semanalmente artigos sobre assuntos econômicos conjunturais.⁷

No meio empresarial, em fins da década de 80, integrou a direção do Grupo Pão de Açúcar e teve destacada atuação junto a uma das mais importantes Federações “patronais” do país, a FIESP, em seu Conselho Superior de Economia.

Na cena política, Bresser Pereira começou a se destacar nos últimos anos da ditadura militando ativamente pelo PMDB, do qual foi membro até 1988, quando ocorreu a dissidência que deu origem ao PSDB. Nesta mesma década ocupou seus primeiros cargos de importância no segundo e primeiro escalão do governo Franco Montoro sendo, em março de 1983, nomeado diretor-presidente do Banco do Estado de São Paulo e tendo chegado, em maio de 1985, à condição de titular da Secretaria Estadual de Governo de São Paulo ainda na gestão peemedebista de Montoro.

O engajamento na vitoriosa campanha ao governo do Estado do então vice-governador Orestes Quércia em novembro do ano seguinte lhe rendeu, em março de 1987, a nomeação à pasta estadual de Ciência e Tecnologia, cargo em que permaneceu por apenas um mês, quando foi convidado pelo então presidente da República José Sarney para ocupar o Ministério da Fazenda. Bresser ocupava aquela que, sem dúvida, era a agência mais importante do Estado brasileiro, no centro das atenções da imprensa e da sociedade civil em geral. Até então, este era o ponto máximo de sua trajetória pública. Substituíra, naquele contexto, Dílson Funaro desgastado pelo fracasso do “Plano Cruzado” e pelo surto inflacionário sem precedentes que jogava a economia brasileira em forte recessão, corroía salários e a já instável popularidade do governo Sarney perante a opinião pública nacional. Após uma experiência de cerca de nove meses à frente da Fazenda, que ficara caracterizada pelo fracasso de um Plano heterodoxo de estabilização macroeconômica – alcunhado pela imprensa brasileira de “Plano Bresser”⁸, Bresser-Pereira retoma suas atividades na FGV e no meio empresarial, atuando como executivo “número 2” do Grupo Pão de Açúcar, de propriedade de Abílio Diniz.

No cenário político, em fins daquela década (que fora por muitos perversamente qualificada como a “década perdida”) o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) sofreu um racha que culminou com o advento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Bresser Pereira acompanhando esta dissidência figurou entre os membros fundadores da nova agremiação ao lado de figuras públicas como Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Teorizando e participando daquilo que qualificava até pouco tempo atrás como “terceira via”, Bresser exerceu não apenas um papel de formulador de orientações políticas do novo partido, mas também de atuação como dirigente, sendo membro do diretório nacional, entre 1988 e 1995,

⁷ Para detalhes da biografia de Bresser Pereira; verbete *PEREIRA, Luis Carlos Bresser* no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas – DHBB – FGV de autoria do pesquisador Joaquim Justino dos Santos. O currículo apresentado pelo próprio Bresser em seu site www.bresserpereira.org.br fornece também informações valiosas. Além disso, em coletânea organizada por Nakano, já citada, Bresser escreve uma extensa autobiografia intelectual com cerca de setenta páginas.

⁸ Bresser aponta em sua autobiografia que a sua contribuição mais original a frente do Ministério da Fazenda, entre março e dezembro de 1987, ao contrário do que se pensa, não foi o “Plano Bresser”, mas sim a formulação de uma solução geral para a dívida externa plagiado posteriormente (segundo Bresser) pelo Secretário do Tesouro dos EUA à época, Nicholas Brady, sendo por isso denominado “Plano Brady”. A proposta previa o alongamento da dívida externa brasileira, garantindo-a com títulos do Tesouro americano. Para detalhes. ALVES, Márcio Moreira. *Testemunho de um Amigo* In NAKANO *et alii*. Op. cit. Pp.475-477.

membro da comissão executiva entre 1988-1991 e 1994, Tesoureiro da campanha de Fernando Henrique Cardoso ao Palácio do Planalto em 1994 e presidente do Comitê financeiro da campanha à reeleição em 1998.⁹

Indubitavelmente foi, no decorrer do 1º governo Fernando Henrique Cardoso, que Bresser Pereira alcançou o zênite em sua trajetória como “homem público”. Vitoriosa a campanha presidencial do ex-senador e ex-ministro FHC em 1994, se abriram as portas para a implementação do ambicioso plano de “reestruturação” do Estado brasileiro, plenamente inserida num modelo político-econômico que possuía como pressuposto fundamental a “minimização” da esfera de atuação do setor público estatal. Neste sentido, Bresser possuiu papel chave, com a clara função de sistematizar os termos desta reforma, alcunhada de *reforma gerencial* do Estado. Possuiu uma atuação orgânica direta, formuladora e executora da reforma que vinha, naquele momento, como resposta à “ineficiência” e “inépcia” do Estado brasileiro. Obviamente, o “profeta” não pregava sozinho, mas se inseria numa ampla aliança tecnoburocrática internacional. Tal aliança pode ser comprovada se observarmos o esforço conjunto de mais de vinte países reunidos no *Centro Latino Americano de Administração e Desenvolvimento* (CLAD), entidade que elaborou em fins dos anos noventa um abrangente documento que estabelecia diretrizes gerais para uma ampla reestruturação dos Estados Latino-americanos.¹⁰ Também conhecido como *Declaração de Madrid*, o documento do CLAD seguia paradigmas já formulados por agências multilaterais como o Banco Mundial, que orientava e abria inclusive possibilidades de financiamento para as altas burocracias estatais (latino-americanas, em especial) que elaborassem planos de reestruturação de seus respectivos Estados.¹¹ O convite para assumir o MARE foi sem dúvida um gesto para contemplar aquele intelectual que, naquela conjuntura, mais se debruçou sobre as idéias em torno na “Reforma do Estado” – nos dizeres de Bresser, a “Reforma administrativa”. Foi o momento em que “pôde aliar a prática à teoria (política) de forma quase ideal”, nos dizeres do próprio Bresser.¹²

⁹ Em entrevista no ano passado (abril de 2011) concedida à Maria Inês Nassif, Bresser-Pereira declarava publicamente seu rompimento com o PSDB por entender que este havia sido “se aproximado demais da direita ideológica”, segundo suas palavras. No seu entendimento o PSDB e Fernando Henrique Cardoso romperam em definitivo com qualquer perspectiva nacionalista, enquanto Bresser permanecia como tal. Neste lapidar relato, Bresser Pereira cai em contradição, e faz uma cândida confissão de que aderiu aos postulados ideológicos do neoliberalismo, nos anos 1990. Até então, ele nunca confessara isso publicamente. Para íntegra da entrevista, *Bresser Pereira deixa o PSDB*. Luis Nassif on line: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/bresser-pereira-deixa-o-psdb>.

¹⁰ *Uma Nova Gestão Pública para América Latina – documento do CLAD*. 14 de outubro de 1998. Documento elaborado pelo conselho científico do CLAD no qual figurava como presidente ninguém menos do que Luis Carlos Bresser-Pereira

¹¹ Para maiores detalhes, o informe do Banco Mundial para o desenvolvimento econômico publicado em 1997 é o documento mais emblemático e que comprova a nossa afirmação. O documento em questão é muito claro quanto ao caráter da reforma a ser implementada: “Un Estado eficaz es imprescindible para poder contar con los bienes e servicios – y las normas e instituciones – que hacen posible que los mercados prosperen BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial*. 1997.

¹² BRESSER-PEREIRA, L. C. *Economista ou sociólogo do desenvolvimento*. In NAKANO *et ali*. Op. cit. P.519. Neste texto Bresser fez referência a sua produção intelectual do período, destacando a teoria política como, então grande, foco de atuação. Grifa-se, neste contexto, o livro *Economic Reforms in new democracies* publicado em 1993, em parceria com Adam Przeworski e Jose Maria Maravall.

4) A Reforma *Gerencial* do Estado nos termos do MARE: a busca pelo Estado “Social Liberal”.

No Brasil, o Estado “Social Liberal” defendido pelos informes do Banco Mundial, foi, preconizado no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. Apesar das resistências pontuais e muitas vezes “históricas” das esquerdas (segundo as palavras do próprio Bresser-Pereira), o desmonte da esfera pública estatal, executado sobre o signo da “reforma” foi efetivamente realizado entre 1995 e 1998. Os fundamentos básicos desta reforma foram seguidos à risca: privatização, publicização e terceirização. Neste contexto, o Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado (MARE), instituído pela medida provisória nº 813 de 01 de janeiro de 1995, está situado no centro desta análise, à medida que em foi colocada como a principal agência do Estado responsável pela elaboração e execução dos termos de tal reforma.¹³

A reforma do Estado brasileiro tal qual formulada por Bresser-Pereira à frente do MARE tem como marco político, no Congresso Nacional, a proposta de Emenda Constitucional nº 173 apresentada pelo então deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), em agosto de 1995. Houve no decorrer da tramitação da PEC nº 173 algumas controvérsias públicas entre Bresser-Pereira e Moreira Franco, relator da emenda na Câmara dos deputados, dentre elas, a principal, dizia respeito ao fim da estabilidade do funcionalismo público. Tal ponto, arduamente defendido por Bresser foi retirado do parecer do relator após violenta reação das centrais sindicais e da bancada de centro esquerda no Congresso ligada a estas centrais. No entanto, apesar dos acalorados debates, o governo, detentor de ampla maioria parlamentar no Congresso, obteve a vitória podendo com isso dar prosseguimento à reestruturação e ao novo modelo de Estado que se postulava naquela conjuntura.¹⁴ A “pedra angular” do esforço governamental pela reforma foi *O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* elaborado pelo MARE e aprovado pela chamada *Câmara da Reforma do Estado*, presidida pelo então ministro chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, pelos ministros Paulo Paiva, Pedro Malan, José Serra, Gal. Benedicto Leonel titulares das pastas do Trabalho, Fazenda, Saúde e do Estado Maior das Forças Armadas, respectivamente. Além, evidentemente, de contar com a participação direta de Bresser. Tal “grupo de trabalho” fora constituído já nos primeiros meses de 1995, ficando responsável pela elaboração do referido “Plano” até o final daquele ano. Aprovado após ampla discussão entre os membros da *Câmara Setorial*, em setembro de 1995 e após sanção presidencial, fora finalmente divulgada em novembro daquele corrente ano. Esboçando os pontos cruciais da proposta do governo, o documento era o ponto de partida para a discussão sobre a reestruturação do Estado brasileiro.

¹³ O MARE foi extinto após o êxito da reestruturação planejada, pela Medida Provisória nº 1795 de 01-01-1999 e suas atribuições foram transferidas para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Uma pesquisa rápida no *website* do Ministério do Planejamento permite tal afirmação. Agradeço aos responsáveis atuais pela Biblioteca da Secretaria do Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Brasília que, em junho 2010, gentilmente me enviaram pelos Correios parte do acervo das publicações *Cadernos do MARE*, publicação esta que se constitui como base documental essencial para análise da produção de Bresser quando estava à frente do “Ministério da Reforma”. Bresser, após seu curto período à frente da Pasta da Ciência e Tecnologia do governo Federal (jan-julho/1999) foi nomeado Assessor especial da Presidência da República para assuntos relativos à Governança, permanecendo nesta função até dezembro de 2002.

¹⁴ A Emenda da “Reforma da Gestão Pública” ou da “Administração Pública” como ficou conhecida, foi definitivamente aprovada em 1998 como a “Emenda 19”. Existiu ainda uma exposição de motivos feita por Bresser Pereira, já à frente do MARE, em agosto de 1995 apresentado como anexo a esta proposta de Emenda Constitucional. *Exposition of Motives for the Administration Constitutional Amendment*. Brasília, 11 de agosto de 1995.

Cerca de dois anos mais tarde, em 1997, o próprio MARE, procurando consolidar a discussão sobre a reforma entre os diversos segmentos da sociedade civil, inicia uma publicação periódica sobre as atividades do Ministério. *Os Cadernos do MARE* em seu número inaugural, em agosto de 1997, retornavam à discussão sobre a reforma do Aparelho de Estado, exibindo com muita clareza os postulados de tal “reforma da gestão pública”, como fora qualificado pelo ministro Bresser. Já em seu primeiro artigo dedicado ao tema, Bresser-Pereira exhibe seu diagnóstico sobre a “grave crise dos anos oitenta”, associando-a, invariavelmente, à crise do Estado.¹⁵ Neste sentido, afirmava: “o Estado entra em crise, pois perde em graus variados o crédito público ao mesmo tempo em que vê a sua capacidade de gerar poupança forçada diminuir, senão desaparecer, à medida que a poupança pública que era positiva vai se tornando negativa. Em consequência a capacidade de intervenção do Estado se reduz drasticamente. O Estado se imobiliza.” (BRESSER. 1997. P.12). Segundo esta perspectiva, o Estado que outrora era visto como fator gerador do desenvolvimento econômico se transformava agora em obstáculo em função do mencionado “imobilismo”. Paralelamente, segundo Bresser, o processo de globalização impunha “uma pressão adicional para a Reforma do Estado”. Em outras palavras, o Estado deveria se modernizar a fim de responder aos “novos desafios colocados pela globalização econômica”.¹⁶ Neste contexto, o Estado deveria se tornar “mais eficiente e também mais barato na realização de suas tarefas, para assim aliviar os seus custos sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente” (BRESSER. 1997. P.14). No argumento do ex-ministro pode-se perceber a noção de que a reforma do Estado sugerida está associada plenamente ao modelo de inserção econômica dependente do país ao capitalismo internacional. A reforma, sob a égide da “modernização conservadora” do aparelho do Estado, era entendida como condição essencial para colocar o Brasil “no compasso do mundo”, como tantas vezes repetiram os próceres desta modernização regulada pelo Mercado, hegemônica na década passada.¹⁷

A natureza da Reforma *gerencial* do Estado tal qual proposta por Bresser buscava redefinir substancialmente os marcos da atuação política deste mesmo Estado. Orientada pela lógica de mercado, a partir dos pressupostos da “eficiência” e da suposta desburocratização da administração pública, tal *reestruturação* preconizava a “ideologia de gestão de resultados”¹⁸

¹⁵ **BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. *Cadernos do MARE*. Brasília, Nº 1. Abril. 1997.

¹⁶ Fernando Henrique Cardoso publicava também em 1996 suas considerações acerca do papel do Brasil naquela “nova economia global”. CARDOSO, F. H. *Relações Norte e Sul no Contexto Atual. Uma nova dependência?* In BAUMANN, R. (Org). *O Brasil e a Economia Global*. Campus Editora. Rio de Janeiro. 1996. Seria a teoria da dependência revisitada? A pergunta foi feita por mim ao professor José Luis Fiori, um dos maiores críticos da leitura liberal à crise do Estado desenvolvimentista brasileiro. Para mais detalhes acerca desta crítica: FIORI, José Luis. *O vôo da coruja - uma crítica não liberal à crise do Estado desenvolvimentista*-. Rio de Janeiro. EDUERJ. 1995. Apresentado originalmente como tese de doutoramento na USP em 1985.

¹⁷ “Colocar o Brasil no compasso do mundo”. Essa foi a tônica da entrevista cedida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao programa *Roda Viva* da TV Cultura de São Paulo, em 06 de fevereiro de 2006. Tal expressão foi a resposta do ex-presidente ao ser perguntado sobre as “desestatizações” realizadas em seus dois governos. Trechos publicados na revista “Carta Capital” em fevereiro de 2006.

¹⁸ A expressão “ideologia de gestão de resultados” foi utilizada, à *posteriori*, pelo então ministro do Planejamento Guilherme Dias no 2º governo Cardoso, em Seminário sobre o Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública, realizado em Brasília – 06-08 de outubro de 2002. Ver *Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A nova gestão pública*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dezembro de 2002. Este seminário contou também com a participação de Bresser-Pereira, que tratou sobre o tema “Resposta Estratégica aos Desafios do Capitalismo Global e Democracia”.

Sucintamente, as idéias expostas por Bresser-Pereira, à frente do MARE, sobre os termos da Reforma do Estado Brasileiro, possuíam como eixos norteadores o enxugamento da ossatura material do Estado, a *publicização* e a concessão de determinadas atividades oferecidas pelo chamado *setor público estatal* e passíveis de serem exploradas pelas organizações do *Terceiro Setor* e, no limite pela iniciativa privada. Na primeira edição dos *Cadernos do MARE*, além da leitura da liberal acerca da “Crise do Estado” reproduzida por Bresser, este expõe pontualmente os postulados da chamada “reforma gerencial”¹⁹ em voga, naquela conjuntura:

- ✓ Delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho, principalmente em termos de pessoal, através de programas de privatização, terceirização e “publicização” (este último entenda-se por transferências para o “setor público não estatal” (ONG’s ou demais instituições do “Terceiro Setor”) de serviços sociais e científicos prestados pelo Estado).
- ✓ Redução do grau de interferência do Estado na atividade econômica através de programas de desregulação, que ampliariam os mecanismos de controle via Mercado. Nesta lógica, o Estado ao invés de protetor da economia nacional, criando reservas de mercado, proveria meios para a ampliação da competição do país em nível internacional.
- ✓ Aumento da “governança” do Estado, isto é, da sua capacidade efetiva de fazer valer as suas decisões de governo, através de ajustes fiscais (leia-se redução de investimentos, gastos correntes, e aumento de impostos) que devolveriam a autonomia financeira do Estado, bem como a realização de uma reforma administrativa que visaria substituir a burocracia estatal por uma “administração pública gerencial”. No centro desse esforço de “reestruturação administrativa” do Estado estava, necessariamente, o fim da estabilidade do funcionalismo público. Prerrogativa que, para Bresser Pereira, orientava toda a proposta de reforma da esfera pública estatal.
- ✓ E, por último, mas não menos importante, o aumento da governabilidade, entendida como a capacidade do governo de mediar conflitos entre os diversos segmentos da sociedade civil, ou simplesmente poder de governo. O aumento da *governabilidade* ocorreria através da ampliação da *accountability* (responsabilização dos governantes, segundo Bresser) favorecida pelo “aperfeiçoamento dos mecanismos da democracia representativa”.

¹⁹ BRESSER-PEREIRA. Reforma do Estado nos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. “*Cadernos do MARE*”. Nº 1. Op Cit. Pp 18-19.

5) À Guisa de Conclusão.

A crise econômica brasileira nas décadas de oitenta e, em especial na de noventa do século XX foi predominantemente interpretada tendo como ponto de origem a crise do Estado. Parte significativa da intelectualidade brasileira, com destaque àquela parcela mais influente, a dos economistas, cedeu, de forma geral, a uma interpretação liberal (à) da crise do Estado desenvolvimentista edificado no Brasil, a partir da década de 1930. Como resposta à crise, se construiu um “consenso” em torno da necessidade de reestruturação deste Estado “Social Burocrático”, nos dizeres de Bresser, falido e incapaz de responder às demandas de um mundo globalizado. O que de fato ocorreu no Brasil, na última década do século passado, foi a edificação de um Estado “Social Liberal” (traduz-se neoliberal) e o efetivo dismantelamento do setor público estatal. A ambiência social conservadora dos anos 1990 ajudou a promover a reformulação do papel regulador do Estado - este deixando de atuar como agente direto do desenvolvimento e passando a agir como “sócio”, elemento catalisador e impulsionador do crescimento econômico, segundo as palavras de Bresser-Pereira. Não obstante é neste contexto que se insere a intervenção política daquele que, a nosso ver, é o principal ideólogo, desta reestruturação do Estado brasileiro. Intelectual metamórfico e que se supõe um “analista simbólico”²⁰ da realidade objetiva, Bresser atuando simultaneamente na sociedade civil e na sociedade política, foi capaz de dar organicidade e sistematizar na realidade brasileira um corolário que vaticinava o Estado interventor–monopolista então em voga no Brasil. Cumpre, de certo, o papel pleno do intelectual, o de imprimir e universalizar uma dada visão da realidade concreta que, na prática, é parcial. Representara as demandas e interesses políticos (e ideológicos) conscientes de classes ou frações de classe (empresariais, sobretudo) no processo de construção de sua própria hegemonia.

²⁰ “Analista simbólico, intelectual neutro da realidade”: uma fina ironia do sociólogo Francisco de Oliveira no artigo *Quem tem medo da governabilidade?* sobre as análises de conjuntura produzidas à época por Bresser Pereira. Revista *Novos Estudos* CEBRAP N° 41 Março 1995. Pp. 61-67. Tomo de empréstimo a expressão que me serviu de ponto de partida para esta reflexão.

6- Referências Bibliográficas:

BRITO, Leonardo L. *Governabilidade em tempos de crise: Neoliberalismo e Imprensa no Brasil*. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudo de Mídia e Política - UNB. Nº 35. 23/06/2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. *Cadernos do MARE*. Brasília, Nº 1. Abril. 1997.

_____, **MARAVALL, J. M & PRZEWORSKI**. *Reformas Econômicas em Novas Democracias*. São Paulo: Editora Nobel, 1996.

_____. *Construindo o Estado Republicano - Democracia e Reforma da Gestão Pública*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. *Economista ou sociólogo do desenvolvimento*. In **NAKANO, Y; REGO**, José M & **FURQUIM**, L. (Org) *Em Busca do Novo. O Brasil e o Desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira..* São Paulo. FGV 2004. Pp. 509-577.

CARDOSO, Fernando Henrique *Relações Norte e Sul no Contexto Atual. Uma nova dependência?* In **BAUMANN**, Renato (Org). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro. Campus Editora. 1996.

FIORI, José Luis. *O vôo da coruja - uma crítica não liberal à crise do Estado desenvolvimentista-*. Rio de Janeiro. EDUERJ. 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais e o princípio educativo*. Caderno 12. Volume 2. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro. 7ª edição. Civilização Brasileira. 1989

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. 4ª edição. São Paulo. Graal 2000.

MOREIRA, Marcio M. *Testemunho de um amigo* In **NAKANO, Y; REGO**, José M & **FURQUIM**, L. (Org) *Em Busca do Novo. O Brasil e o Desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. São Paulo. FGV. 2004. pp. 475-477.

OLIVEIRA, Francisco de. Quem tem medo da governabilidade? Revista *Novos Estudos* CEBRAP Nº 41 Março 1995. Pp. 61-67.

SIMMIONATTO, Ivete. Crise, Reforma do Estado e Políticas Públicas: implicações para a Sociedade Civil e Profissão. Revista *Gramsci e o Brasil*. 2005.

VIANNA, Luis Werneck. A Sucessão de Lula e o retorno do Nacional Popular. *Revista Gramsci e o Brasil*. Março. 2008.

Sítios eletrônicos na WEB:

BRESSER-PEREIRA: <http://www.bresserpereira.org.br/>

LUIS NASSIF ON LINE: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/>

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG):
<http://www.planejamento.gov.br/>

Documentos (Fontes primárias):

BALANÇO DA REFORMA DO ESTADO NO BRASIL: A nova gestão pública. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dezembro de 2002

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial.* 1997.

MARE. *Exposition of Motives for the Administration Constitutional Amendment.* Brasília, 11 de agosto de 1995.

CLAD. *Uma Nova Gestão Pública para América Latina.* 14 de outubro de 1998.